

Introdução

A literatura de viagem e a tradução literária são duas práticas textuais que atuaram – e continuam atuando – de forma determinante na origem e desenvolvimento das modernas literaturas nacionais, ainda que a tradição historiográfica e teórica dos estudos literários não lhes tenha dado o devido valor que merecem, especialmente no âmbito brasileiro. Apesar de haver nas histórias da literatura brasileira geralmente um capítulo inicial dedicado à literatura de viagem sobre o país produzida no período colonial, identificada geralmente como “literatura de informação”, essa produção é apresentada sem maior ligação orgânica com a produção posterior, tanto em relação ao próprio gênero da literatura de viagem ou a outros gêneros literários, e sua importância residiria apenas em ser um registro documental de uma época. De uma forma mais explícita que a literatura de viagem, a tradução literária é raramente contemplada em uma história da literatura como elemento constitutivo do sistema literário brasileiro, apesar de historicamente ocupar um enorme espaço no nosso mercado editorial. Como nos lembra Edwin Gentzler, “a atividade de tradução representa um processo de antítese a certas crenças literárias dominantes, daí o fato de ser relegada a um status marginal [...]” (GENTZLER, 2009, p. 29). Assim como a literatura de viagem, a tradução literária ocupa o mesmo lugar intermediário dentro de uma história literária nacional: trata-se de uma obra de autoria estrangeira, apesar de ter sido reescrita em nossa língua e passado a integrar nosso sistema literário.

Tendo em vista esse contexto, propomos neste artigo uma análise bibliográfica, que não se pretende exaustiva e compreensiva, mas representativa, de algumas histórias da literatura brasileira para identificarmos a presença, ou ausência, dessas duas práticas nas narrativas de constituição de nosso sistema literário, e a perspectiva sob a qual são abordadas. A partir da leitura de algumas obras clássicas de historiadores da literatura brasileira, como Antonio Candido, Alfredo Bosi, Nelson Werneck Sodré, Sílvio Romero e José Veríssimo, mostramos como essa produção ora é tratada apenas como um documento de um período da história brasileira, ora como um assunto estrangeiro, quando muito sendo estudada a partir de algum caso isolado, invariavelmente desconectada da narrativa de desenvolvimento da literatura

¹ Pesquisa realizada no pós-doutorado em Letras, PPGL/UFES, bolsa PNPd/CAPES.

nacional brasileira. Em função de sua bidirecionalidade discursiva - tanto a tradução quanto a literatura de viagem confrontam e representam em um texto duas culturas e línguas – essa produção desafia os critérios nacionalistas que fundamentam a formação do cânone literário brasileiro. A presença da tradução, assim como da literatura de viagem, nos sistemas literários desafia a ideia de originalidade baseada no “gênio” nacional e a proeminência de uma língua hegemônica na produção literária nacional.

Literatura de viagem

Como já foi informado, a literatura de viagem produzida pelos viajantes europeus durante o período colonial costuma constituir um capítulo inicial de algumas histórias da literatura brasileira, geralmente sob o título de “Literatura de informação”. No entanto, mesmo quando citada, essa produção é apresentada como um capítulo à parte, desvinculado da narrativa de desenvolvimento da produção nacional, servindo para preencher uma lacuna ou apenas como fonte de informações históricas. Assim, ainda que presente, essa parte importante de nossa formação literária é marginalizada a uma espécie de nota de pé de página, ou prefácio, dispensável na compreensão do desenvolvimento da literatura brasileira. Essa exclusão, ou marginalização, é sempre justificada em função de sua autoria estrangeira e pela desqualificação do gênero como não literário.

É o que faz Alfredo Bosi, em sua *História concisa da literatura brasileira*, cuja primeira edição é de 1970, e que, no primeiro capítulo de vinte e quatro páginas, intitulado “A condição colonial”, define essa produção como “informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro” (BOSI, 2006, p. 13). E continua:

Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica e, por isso, há quem as omita por escrúpulo estético (José Veríssimo, por exemplo, na sua *História literária brasileira*). No entanto, a pré-história de nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país (BOSI, 2006, p.13).

Esses textos serviriam, portanto, apenas como documentos históricos, não literários, que permitiriam “captar as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte” (BOSI, 2006, p. 13). Bosi aponta ainda outra função desses textos, seu uso como repositório temático para inspiração dos escritores brasileiros. O uso como fonte temática, que, segundo Bosi, vai de José de Alencar a Oswald de Andrade, justificaria o “interesse obliquamente estético da ‘literatura’ [aspas do autor] de informação”

(BOSI, 2006, p. 13). É só a partir do Barroco, segundo Bosi, que “surgirá entre nós uma organização estética da prosa” com Padre Vieira e Rocha Pita, “mensagens que não se esgotam no mero registro de conteúdos objetivos” (Ibidem, p. 13). Fica evidente, portanto, a categoria não literária a que tais textos são vinculados, o que determina seu status dentro do discurso historiográfico.

A postura de Bosi é emblemática dos historiadores literários brasileiros, e em sua *História da literatura brasileira*, Nelson Werneck Sodré (primeira edição em 1938), por exemplo, parece seguir a proposta de José Veríssimo (autor que cita reiteradamente) ao excluir a produção dos viajantes coloniais em sua narrativa. Como afirma no capítulo “Literatura colonial”: “verificamos, então, a quase impossibilidade de desenvolvimento, nos dois primeiros séculos, de qualquer atividade intelectual digna de registro” (SODRÉ, 2002, p. 87). Apesar de usar e citar em seu texto a obra dos cronistas como fonte documental ao descrever o panorama cultural da época, essa produção não é incorporada em sua narrativa enquanto objeto de estudo ou como parte do desenvolvimento da literatura brasileira. No capítulo seguinte, “Primeiras manifestações literárias”, a obra do jesuíta José de Anchieta é citada como uma “gorada tentativa literária” (SODRÉ, 2002, p. 105), enquanto a produção cronista dos jesuítas teria sido “obra meritória sob muitos outros títulos. Mas não sobre aqueles que caracterizam o trabalho literário” (Ibidem, p.108). E vai além:

Todo esse material, por vezes extremamente útil para o conhecimento da colônia, está à margem da literatura, em que tem ingressado por vias travessas, mais, ao que tudo indica, pela deficiência de nomes a apontar, numa fase em que não havia condições para qualquer espécie de atividade artística no Brasil (SODRÉ, 2002, p. 109).

Fica claro tanto a marginalidade do gênero quanto a inadequação de sua inclusão nas histórias literárias, segundo o ponto de vista do historiador, caracterizando a literatura de viagem como uma espécie de “invasor” de um espaço ao qual não pertence, mas no qual acaba sendo aceito por falta de convidados mais adequados. A mesma posição encontramos em Sílvio Romero, cuja *História da literatura brasileira* (1902) cita inicialmente vários cronistas como fontes de informação, para concluir:

Passando a tratar dos mais antigos typos da nossa litteratura, não me demorarei em analisar — Gandavo, Gabriel Soares e outros, que são estrangeiros, como Lery, ou Thevet. Estes chronistas passaram pelo paiz e não se abasileiraram. Como fonte de informações dou preferência a Cardim (ROMERO, 1902, p. 118).

Para Romero, a nacionalidade estrangeira dos autores seria o fator que justificaria sua exclusão de sua narrativa sobre a literatura brasileira. Também Antonio Candido não inclui o gênero como fator determinante em sua *Formação da literatura brasileira*, uma vez que não se detém com cuidado sobre o assunto. O historiador menciona o gênero, mas procura limitar sua influência em nossa literatura, referindo-se especialmente ao século XIX:

talvez seja excessivo falar em influência dos viajantes estrangeiros na formação do Romantismo brasileiro. Mas o certo é que se pode perceber neles, em face da nossa paisagem, uma emoção que tem muito da ternura e exaltado deslumbramento dos naturalistas do século XVIII, que passou aos românticos. Não apenas em homens como Ferdinand Denis, mas nos puros naturalistas, sobretudo alemães, que veem de um ângulo semelhante, que poderia ter influído para reorientar a visão dos brasileiros com que entravam em contato (CANDIDO, 2007, p. 290).

Segundo Candido, mais importante, nesse sentido, do que a literatura de viagem, teria sido a influência do que chama de “pré-romantismo franco-brasileiro”, desenvolvido a partir da formação de uma colônia francesa no Rio de Janeiro durante esse período de início do século XIX (Guerras Napoleônicas).

É importante lembrar que, apesar de relegada a um capítulo introdutório do período colonial, quando citada, o corpus da literatura de viagem sobre o Brasil produzida por estrangeiros não se resume a esse período inicial da história brasileira. A trajetória e influência do gênero da literatura de viagem perpassa, ao longo dos séculos, toda a história da literatura e da cultura brasileira, sendo que seu *boom* é ainda posterior ao período colonial, tendo ocorrido ao longo de todo o século XIX, após a transformação da colônia em Reino Unido, e posteriormente, Império, e a consequente abertura dos portos, permitindo uma verdadeira invasão de cientistas, aventureiros e artistas, que descreveram e retrataram o país. E a literatura de viagem, em seus novos formatos, ainda permanece até os dias atuais um gênero dinâmico e presente.

Apesar de todos esses fatores, a literatura de viagem não é apresentada nas histórias da literatura como um gênero em si e que merece maior atenção literária, e seu desenvolvimento não é contemplado nem enquanto gênero com uma tradição própria ao longo dos séculos, nem em sua relação com a dita genuína produção literária nacional. Aparentemente no Brasil, com exceções, a literatura de viagem desenvolveu-se mais como um campo de investigação da História do que da Literatura, o que condiz com a reiterada classificação de tais textos como documentais e, portanto, fora da esfera do estético-literário.

Tradução literária

Se muitas vezes a literatura de viagem possui um capítulo, ainda que isolado, na historiografia literária brasileira, a tradução literária, por sua vez, é ainda mais marginalizada, dificilmente encontrando um capítulo ou seção a ela dedicada. A exclusão da tradução nas histórias literárias, no entanto, é contrastada pela sua massiva presença no mercado editorial brasileiro, fator que persiste desde o surgimento deste no início do século XIX com a fundação da Imprensa Régia, até o presente, o que pode ser constatado averiguando-se qualquer lista dos livros de ficção mais vendidos, nas quais invariavelmente mais da metade dos títulos são de traduções de obras estrangeiras publicadas no país. Além da presença massiva de traduções no mercado de literatura no Brasil, outro fator que aponta sua importância é a tradição aqui desenvolvida (não tão comum em outras literaturas) de grandes escritores se dedicarem à prática tradutória, o que confirma a aceitação e o valor atribuído à tradução literária em nossa cultura. Nessa longa lista de ilustres escritores-tradutores podemos citar, lembrando apenas alguns nomes, Machado de Assis, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Olavo Bilac.

Assim como no caso da literatura de viagem, a autoria estrangeira da literatura traduzida a exclui de uma narrativa da literatura nacional brasileira, ainda que tais obras, em seus diversos gêneros e origens, tenham sido reescritas por brasileiros em nossa língua (muitas vezes por escritores renomados) e tomado conta de nosso mercado editorial e do gosto do público leitor, além de terem introduzido inovações formais e temáticas, e influenciado escritores e movimentos literários.

Nas histórias literárias, geralmente relegadas a notas de pé de página, ou tratadas pontualmente no decorrer do texto, as referências às traduções são fragmentadas e não oferecem uma reflexão mais compreensiva e sistemática da importância do fenômeno para o desenvolvimento da literatura brasileira. A citada *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, apresenta-se como uma exceção ao oferecer um subcapítulo que, apesar de curto, aponta a necessidade desse tipo de reflexão. Bosi apresenta no final do volume um subcapítulo do capítulo “Tendências contemporâneas”, intitulado “Tradução de poesia” em que afirma que a importância do estudo das traduções deve-se ao fato de terem “influído na formação de um gosto literário” (BOSI, 2006, p. 489). Após listar várias traduções de poesia, Bosi reivindica mais atenção para seu estudo, ao afirmar que “o aparecimento de numerosas

traduções de poesia nos anos [19]80 será talvez o fenômeno mais digno de atenção da nossa historiografia literária neste fim de século” (BOSI, 2006, p. 490). Ainda que um breve apontamento, e em referência apenas a um momento específico, a observação de Bosi sugere um tipo de abordagem do fenômeno tradutório que deveria merecer maior atenção por parte dos estudiosos da história literária brasileira, e se estender a outros períodos e movimentos literários. O próprio Bosi não apresenta tal elaboração em seu curto subcapítulo, mas reconhece a necessidade desse tipo de estudo, e aponta um caminho a ser trilhado.

Mantendo nossa pesquisa bibliográfica nas obras historiográficas já citadas até agora, Nelson Werneck Sodré, em sua *História da literatura brasileira*, não elabora nenhuma discussão específica sobre o fenômeno da tradução literária, assim como Silvio Romero em sua obra homônima. José Veríssimo, também em sua história literária, dissolve suas referências ao fenômeno na abordagem de escritores que praticaram a tradução e da influência que tiveram em sua obra, como José de Alencar, Cláudio Manoel da Costa e Odorico Mendes (Monteiro, 2013).

Antonio Candido parece também não considerar a tradução literária como um fator decisivo na formação de nossa literatura a ponto de merecer uma reflexão maior, apesar de abordar o tema de maneira pontual ao longo do texto. É o que faz, por exemplo, quando destaca a importância da tradução para a língua francesa de *O Caramuru*, de Santa Rita Durão, em 1829, por Eugene de Monglave, e sua adaptação para a prosa em 1830 pelos franceses Daniel Gavet e Philippe Boucher, sob o título *Jakaré-Ouassou ou Les Tupinambas. Chronique brésilienne*, que teriam atuado como elementos ativadores do indianismo brasileiro durante o período que ele chama de “pré-romantismo franco-brasileiro” (CANDIDO, 2007, p. 293). Além de demonstrar o papel da tradução como alimentador de trocas literárias, o exemplo citado por Candido nos mostra que não só a tradução de obras estrangeiras publicadas no nosso mercado constitui um fenômeno a ser estudado, mas também a exportação de nossas obras para outras línguas, ambas constituindo fatores importantes no desenvolvimento da literatura brasileira. No caso citado, a tradução de uma obra brasileira para uma língua de prestígio valorizou a obra e sua temática aos olhos dos próprios brasileiros. A tradução funcionou como uma chancela de aprovação e interesse pelo público europeu, incentivando o desenvolvimento do gênero indianista no Brasil.

Apesar da reconhecerem o papel da tradução na dinâmica da produção literária nacional, as menções ao fenômeno da tradução feita por historiadores como Candido e Bosi

não alcançam a visão sistemática que tal fenômeno merece. Entender a tradução literária como um subsistema dentro do sistema literário nacional, e vê-la como uma força dinâmica nesse contexto, é o que propõem as modernas teorias culturais, como a Teoria dos Polissistemas de Itamar Even-Zohar. Segundo o estudioso, em *The position of the translated text in the literary system* (1990), referindo-se à tradição europeia:

Como regra, as histórias da literatura mencionam as traduções quando não é possível evitá-las, ao tratar da Idade Média ou da Renascença, por exemplo. É possível, com certeza, encontrar referências esporádicas a traduções literárias individuais em vários outros períodos, mas dificilmente elas são incorporadas na narrativa histórica de uma maneira coerente (EVEN-ZOHAR, 1990, p.45) (Esta e outras traduções de citações foram feitas pelo autor deste artigo).

Even-Zohar critica o fato de as traduções serem estudadas isoladamente e sugere que elas sejam vistas como formadoras de um subsistema próprio dentro do sistema maior de uma literatura nacional. Para o autor, as obras literárias traduzidas e publicadas em um sistema literário se correlacionam entre si a partir de duas premissas: em função do processo de seleção das obras a serem traduzidas e publicadas, e pela adoção de determinadas normas de tradução, o que as coloca em direto diálogo com a tradição literária do sistema ao qual estão sendo incorporadas. A partir daí é possível não apenas relacionar as obras traduzidas entre si, mas identificar a posição das traduções no sistema estudado e sua função. Através das traduções o repertório é renovado, novas formas literárias são introduzidas, novos temas, imagens, metáforas, padrões de composição e técnicas são importadas. Além do subsistema tradutório ser considerado o mais ativo dentro do sistema literário nacional, muitas vezes ele pode ocupar uma posição central, o que significa que as traduções participam ativamente na formação do centro do sistema (o cânone literário):

O que implica que nessa situação não se mantém uma distinção clara entre textos “originais” e “traduzidos”, e que com frequência são os escritores mais proeminentes (ou os membros da vanguarda que vão se tornar proeminentes) que produzem as traduções mais conspícuas e apreciadas. Além disso, nesse caso em que novos modelos literários estão emergindo, é provável que as traduções se tornem um dos meios de elaboração de novo repertório (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 46).

Essa centralidade da tradução ocorreria, segundo o autor, em três momentos diferentes: no período de formação e cristalização de uma literatura; no caso de uma literatura periférica; e em um período de crise. A primeira situação parece ser o caso do Brasil no século XIX, período considerado como decisivo na formação de nossa literatura nacional, como nos mostra Lia Wyler, em *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil* (2003). Em seu livro Wyler demonstra como nas primeiras décadas do século XIX as

traduções literárias, especialmente dos romances-folhetins franceses (gênero introduzido no país em 1839) ajudaram a fomentar o nascente romance nacional. No Brasil, os estudos que abordam a tradução sob uma perspectiva literária e historiográfica muitas vezes abordam casos e períodos isolados, devendo ser incorporados na narrativa historiográfica literária e apresentando um desenvolvimento orgânico e sistemático de sua presença em nossa literatura.

Zonas de contato literário

Literatura de viagem e tradução literária são duas atividades que, podemos dizer, ocupam a zona de contato entre literaturas nacionais. Zona de contato é um conceito da antropologia apresentado por Mary Louise Pratt em *Imperial eyes: travel writing and transculturation* (1992) como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam e se confrontam, geralmente em relações assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT, 1992, p. 4). Esses espaços podem ser exemplificados pelas zonas de fronteira geográfica, regiões onde duas diferentes culturas se mesclam de forma mais intensa, gerando um espaço híbrido.

Tanto a literatura de viagem quanto a tradução ocupam essa zona de contato por serem fenômenos duplamente bidirecionais por natureza, em termos de sua presença e atuação nos sistemas literários. A bidirecionalidade discursiva se dá em dois níveis. No primeiro nível (tratando no caso brasileiro especificamente), que tem como critério o destinatário desses discursos, verificamos que a literatura de viagem pode tanto ser produzida por brasileiros sobre um país estrangeiro, como por estrangeiros sobre o Brasil, assim como a tradução permite tanto a entrada de obras estrangeiras no país reescritas por brasileiros, como a exportação de nossas obras para outras línguas. Em segundo lugar, esses quatro movimentos (literatura de viagem estrangeira sobre o Brasil/literatura de viagem brasileira sobre o estrangeiro, tradução de obras estrangeiras no Brasil/tradução de obras brasileiras no exterior) são bidirecionais cada um deles. Explico: apesar de a literatura de viagem produzida sobre o Brasil inicialmente ser dirigida a um público estrangeiro, em geral conterrâneos do autor da obra, esta acaba tornando-se também objeto de nosso interesse por trazer informações sobre nosso país. Essa característica é perceptível quando vemos a prontidão com que historicamente tais obras são traduzidas para o português e publicadas no Brasil em grande número. Essa parece ser uma característica típica da literatura de viagem que tem o Brasil como tema, e em muitos desses tex-

tos é perceptível como o narrador se dirige tanto ao seu público conterrâneo quanto ao povo representado, seja para fazer críticas ou dar conselhos.

Por outro lado, a tradução de uma obra brasileira, apesar de se destinar a um público estrangeiro, também repercute no sistema literário brasileiro, não apenas por disseminar imagens de nossa cultura e literatura no estrangeiro, mas por outras vias como a apontada por Antonio Candido no episódio da tradução do *Caramuru* em francês, que teria servido como elemento legitimador do indianismo em nosso Romantismo. Essa dupla bidirecionalidade está sempre presente nessas práticas textuais, mas no caso brasileiro ela se manifesta de forma mais intensa devido às especificidades culturais e históricas de nosso país. É o que chamo de olhar refratado do brasileiro, que olha para si mesmo por meio da sua imagem projetada pelo olhar estrangeiro sobre nossa sociedade (Batista, 2017), e que se relaciona com nossa história colonial e com a forma com que o sistema colonial foi implantado no país.

Conclusão

Essa ambiguidade, trazida pela bidirecionalidade discursiva, faz da literatura de viagem um gênero internacional por natureza, assim como o é naturalmente o fenômeno da tradução literária. Um motivo que favoreceu a internacionalização do gênero da literatura de viagem é seu caráter altamente intertextual. Com exceção de relatos espontâneos como cartas e diários de autoria de indivíduos não letrados, é prática do autor letrado da literatura de viagem recorrer à bibliografia prévia sobre o local visitado para com ela dialogar, seja para confirmar ou corrigir suas informações. Esse fenômeno dá-se tanto em função do autor/viajante buscar informações prévias sobre o lugar que irá visitar, informações essas necessárias para se organizar, como pela ideia de rever lugares já visitados por outros, apontar as mudanças, a evolução dos povos, e confirmar, ou desmentir, mitos e curiosidades. Nesse processo, autores de diferentes origens e línguas são citados e comentados. Como coloca Miriam Leite, “a literatura de viagem compõe-se de uma constelação de autores, onde uma obra-matriz dá origem a inúmeras outras, com uma sequência de partes idênticas, ou focalizando os mesmos aspectos em momentos diferentes” (LEITE, 1997, p. 13). É como se a cada novo relato sobre o Brasil toda a bibliografia anterior sobre o assunto fosse revista e atualizada.

É por se estabelecerem nessa zona de contato, favorecida pelo caráter internacional dos gêneros e por sua bidirecionalidade, que a literatura de viagem e a tradução literária oferecem

uma ambiguidade que prejudica seu melhor aproveitamento pelas histórias literárias, cuja fundamentação em um discurso de defesa de um gênio nacional, baseado na originalidade e no localismo, exclui essa produção que ocupa uma zona confusa entre o nacional e o estrangeiro. Incorporar essa produção, que permanece nessa zona de contato literário, nas narrativas literárias nacionais brasileiras torna-se, portanto, um imperativo para uma melhor compreensão do perfil e do desenvolvimento do sistema literário brasileiro, permitindo um maior entendimento desse fenômeno complexo e em constante atualização, que é a história da literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Eduardo L. A. O. Os escritores românticos brasileiros e a tendência nacional-descriptiva na literatura do século XIX. *Revista Gragoatá*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 574-597, 2017.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. *The position of the translated text in the literary system*. Polysystem Studies. *Poetics Today*, Durham NC, Vol. 11: 1, pp. 45-51, 1990.
- GENTZLER, Edwin. *Teorias contemporâneas da tradução*. Trad. Marcos Malvezi. São Paulo: Madras, 2009.
- MONTEIRO, Júlio Cesar Neves. Literatura brasileira e literatura traduzida no Brasil. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, nº 31, p. 141-153, 2013.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.
- VERISSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- VIEIRA, Else Ribeiro. *Por uma teoria pós-moderna da tradução*. Belo Horizonte: UFMG, 1992. (Tese, Doutorado em Letras, Literatura Comparada).
- WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.